

# **DIREITO INTERNACIONAL CONSTITUCIONAL E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EUROPEU**

**Thiago Dias Oliva\***

## **Resumo**

No contexto do debate acerca da conformação de um direito internacional constitucional, surgem indagações no que respeita aos mecanismos por meio dos quais ele se desenvolve, agregando novos conteúdos, bem como dúvidas relativas aos seus elementos estruturais e perspectivas de desenvolvimento. Assim, o objetivo do presente estudo é determinar quais os principais caracteres e a lógica por trás desse campo do direito que, sob duas perspectivas complementares – a da internacionalização do direito constitucional e a constitucionalização do direito internacional – pode contribuir para uma convergência internacional com vistas ao desenvolvimento de mecanismos de gerenciamento conjunto de problemas transfronteiriços, a exemplo do que ocorre no âmbito da União Europeia.

Palavras-chave: globalização; direito internacional; União Europeia;

## **Abstract**

In the context of the debate concerning the conformation of an international constitutional law, questions arise regarding the mechanisms by which it develops, adding new contents, as well as questions about its structural elements and development perspectives. The objective of this study is to determine the main characters of the international constitutional law, as well as the logic behind this field of law, which, from two complementary perspectives – the internationalization of constitutional law and the constitutionalization of international law – has the potential for contributing to an international convergence with a view to developing mechanisms for joint management of transboundary problems, in the same fashion as the process observed within the European Union.

Keywords: globalization; international law; European Union;

# Índice

<b>Resumo .....</b>	<b>1</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>1</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>3</b>
<b>2. A constitucionalização do direito internacional.....</b>	<b>4</b>
<b>3. A internacionalização do direito constitucional e o processo de integração europeu .....</b>	<b>8</b>
<b>4. Conclusão .....</b>	<b>13</b>
<b>5. Bibliografia.....</b>	<b>14</b>

## 1. Introdução

Em virtude do desenvolvimento tecnológico em matéria de transportes e comunicação, as fronteiras entre Estados tornaram-se cada vez mais porosas, o que resultou em um contato crescente entre diferentes culturas e a identificação de problemas de interesse comum da humanidade. Esse processo irreversível, batizado de globalização, atingiu tal patamar atualmente que o isolamento político, mais do que nunca, deixou de ser uma alternativa viável para qualquer comunidade com aspirações de um futuro próspero. Os próprios conceitos de Estado – além da disposição do poder no seu domínio – e de cidadania passaram por transformações significativas.

Ao mesmo tempo em que trouxe novas dinâmicas para o funcionamento da comunidade internacional e, com isso, possibilidades para a solução de problemas comuns, a globalização trouxe consigo uma série de questionamentos naturais em momentos de transição. Assim, muito embora exista uma necessidade de cooperação internacional e alguma disposição nesse sentido, os mecanismos institucionais para a consecução desse objetivo permanecem frágeis. Dentre esses mecanismos, destaca-se o direito internacional, o qual passou por uma grande evolução nas últimas décadas, mostrando-se apto a constituir um dos principais espaços institucionais para a cooperação internacional na era da globalização. Essa evolução se deve, em grande medida, ao diálogo mais significativo que o direito internacional estabeleceu com o ordenamento interno dos Estados e, mais especificamente, com o direito constitucional. Desse modo, é possível falar que a crescente convergência de conteúdo entre o direito internacional e o direito constitucional – promovida por dois processos paralelos e complementares, quais sejam, a internacionalização do direito constitucional e a constitucionalização do direito internacional – assinala um caminho rumo à institucionalização imprescindível da cooperação multilateral.

Esse processo encontra óbices de diferentes magnitudes nas diversas subáreas do direito internacional, principalmente em virtude da resistência ao diálogo intercultural para a afirmação de bases comuns em matérias sensíveis, como direitos humanos, por exemplo. A União Europeia (UE) e o Conselho da Europa representam, nesse sentido, um possível modelo de regulação internacional dessas questões sensíveis.

Mesmo em face das dificuldades que a internacionalização representa, esse processo de convergência está em curso, capitaneado pelo direito internacional e a sua interação com o direito constitucional. É preciso destacar, ademais, que o Brasil já

demonstrou a sua intenção em aderir a esse processo, a partir do momento em que incluiu, em diversos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF/88), pontos de contato com o direito internacional. Pode-se mencionar, a título de exemplo, a constitucionalização de princípios das relações internacionais, presente no art. 4º<sup>1</sup>, com a finalidade de incluir o país na comunidade internacional, oportunidade em que se destacou a complementaridade e a interação entre direito interno e direito internacional.

Colocando em prática os princípios arrolados no dispositivo supramencionado, o Brasil ratificou tratados internacionais em matéria de direitos humanos, além de submeter-se à jurisdição de tribunais internacionais, como o Tribunal Penal Internacional. Ademais, conferiu aos direitos previstos em tratados internacionais em matéria de direitos humanos, status constitucional<sup>2</sup>. Mais recentemente, ratificou a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados<sup>3</sup>. Com essa postura, observou-se a abertura do Brasil à comunidade internacional, o que despertou a consciência interna da importância das relações exteriores e do direito internacional.

Tendo em vista esse contexto, as questões que se colocam são: quais os caracteres desse direito internacional constitucional em formação? Em que sentido acenam? Seria a União Europeia um modelo eficiente para esse diálogo entre o direito internacional e a ordem constitucional? O objetivo do presente estudo é, mediante a análise desse processo de convergência, responder a essas indagações.

## 2. A constitucionalização do direito internacional

Como mencionado em meio à introdução, uma vertente da convergência entre o direito internacional e o direito constitucional é o processo de incorporação do primeiro

---

\* Thiago Dias Oliva é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo e mestrando na área de concentração em Direitos Humanos, também junto à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Sua atual pesquisa tem o apoio da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

<sup>1</sup> **Art. 4º.** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

<sup>2</sup> Segundo Lafer, os textos normativos incorporados ao ordenamento jurídico posteriormente à promulgação da CF/88 e antes da EC/45 são, em matéria de direitos humanos, materialmente constitucionais, pois integram o bloco de constitucionalidade. Cf. LAFER, Celso. **A internacionalização dos Direitos Humanos – Constituição, Racismo e Relações Internacionais**. Barueri: Manole, 2005, pp. 12-28.

<sup>3</sup> Decreto Nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009.

no chamado “bloco de constitucionalidade”, o conjunto das regras formal e materialmente constitucionais. Antes de tratar desse fenômeno, contudo, é importante tratar do papel essencial que a Carta Constitucional tem na atual organização dos Estados ocidentais e a sua relação simbiótica com a democracia, já que é justamente a Constituição que determina o rito da internalização do direito internacional.

Ao longo do processo histórico que culminou com o movimento constitucionalista<sup>4</sup>, sedimentou-se o conceito de Constituição como um documento que distribui de forma organizada e contida o poder político, com a finalidade de garantir governos moderados e, assim, os direitos dos cidadãos. Atualmente, além de definir a estrutura dos poderes políticos, a Constituição chama para si um número crescente de matérias, regulando, inclusive, questões de ordem econômica, social e até mesmo cultural. Em razão disso, o fenômeno jurídico passou de mero instrumento de regulação social para um mecanismo de busca pelo desenvolvimento e evolução social, o que fez com que poder judiciário assumisse uma função de orientação<sup>5</sup>.

Nesse contexto, a Constituição assumiu a função de interposto entre a ordem internacional e o direito interno. Modernamente, a Constituição pode ter ânimo explicitamente internacionalizante, como a CF/88, a qual estabelece os princípios que regem o Brasil em suas relações internacionais e mesmo fixa como meta, a integração do país com os demais povos da América Latina.

Mesmo que a Constituição não tivesse previsões dessa ordem, ela exerce a função de ponte entre ordenamento interno e a comunidade internacional, porquanto determina quais órgãos do Estado terão, do ponto de vista interno, competência para assumir compromissos internacionais. Além de definir essas regras, a Constituição estabelece como ocorrerá a integração, no ordenamento jurídico interno, dos compromissos assumidos pelo Estado no plano internacional<sup>6</sup>. É a partir dessas normas que se dá a constitucionalização do direito internacional.

---

<sup>4</sup> Para detalhes sobre o desenrolar histórico do constitucionalismo, bem como prospecções para o seu futuro, cf. RIDOLA, Paolo. **Preistoria, origini e vicende del costituzionalismo**. In: CARROZZA. P.; DI GIOVINE, A.; FERRARI, G. F. **Diritto costituzionale comparato**. Bari: Laterza, 2009, pp. 21-58.

<sup>5</sup> Ibid., p. 22. A título de exemplo, pode-se mencionar o reconhecimento de direitos de grupos minoritários por parte do poder judiciário, antes da edição de leis, como no caso do reconhecimento da união estável homoafetiva. Aqui, o STF exerceu uma função claramente orientadora, no sentido de reconhecer os direitos das minorias sexuais, requisito para a evolução social rumo a uma sociedade livre de preconceitos de ordem heterossexista. Cf. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Acórdão da ADI 4277 e da ADPF 132**. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília, 5 mai 2011. Publicado: em 14 out 2011.

<sup>6</sup> É importante ressaltar que, do ponto de vista do direito internacional, pouco interessa como os Estados optem por regular a integração de normas internacionais a seu ordenamento jurídico interno, conquanto honrem seus compromissos perante a comunidade internacional. Cf. CARVALHO RAMOS, André de. **O**

Um dos exemplos desse processo que se encontra em maior evidência é a integração de diplomas do direito internacional dos direitos humanos formal e materialmente à Constituição brasileira. Piovesan<sup>7</sup> destaca, tratando desse aspecto, que a previsão constitucional do §2º do art. 5º da CF/88<sup>8</sup> consagra o entendimento de que as normas de tratados internacionais em matéria de direitos humanos têm status constitucional. Segundo ela, essa é a melhor conclusão a partir de uma interpretação sistemática e teleológica da CF/88 com base na prioridade que a Carta atribui aos direitos fundamentais e ao princípio da dignidade da pessoa humana. Outros tratados internacionais teriam força infraconstitucional, com base no art. 102, III, b da CF/88<sup>9</sup>, mas supralegal, tendo em vista o art. 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados<sup>10</sup>, segundo o qual o Estado não pode alegar razões de direito interno para descumprir uma obrigação assumida no plano internacional. Tradicionalmente, no entanto, o STF adotava outra postura, entendendo pela paridade entre as normas internacionais e as leis ordinárias<sup>11</sup>.

Em 2004, contudo, o advento da Emenda Constitucional nº 45 (EC45) veio trazer novos questionamentos à matéria, com a introdução do §3º ao art. 5º da CF/88<sup>12</sup>. No entender de Piovesan, essa alteração do texto constitucional teria consagrado a ideia de que os tratados internacionais em matéria de direitos humanos seriam,

---

**Diálogo das Cortes: O Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.** In: JUNIOR, Alberto do Amaral e JUBILUT, Liliana Lyra (Orgs.). **O STF e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.** São Paulo: Quartier Latin, 2009, pp. 817-819.

<sup>7</sup> PIOVESAN, Flávia. **Hierarquia dos Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos: jurisprudência do STF.** In: JUNIOR, Alberto do Amaral; JUBILUT, Liliana Lyra (Orgs.). **O STF e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.** São Paulo: Quartier Latin, 2009, pp. 123-145.

<sup>8</sup> **Art. 5º.** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] **§ 2º** - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

<sup>9</sup> **Art. 102.** Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: [...] **III** - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: [...] **b)** declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.

<sup>10</sup> **Artigo 27 - Direito Interno e Observância de Tratados.** “Uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado. Esta regra não prejudica o artigo 46”. Cumpre assinalar, novamente, que a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados foi ratificada pelo Brasil e passou a integrar o ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto Nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009. Assim, é revestida de caráter obrigatório a norma segundo a qual o Brasil não pode alegar questões de direito interno para se eximir de obrigações firmadas em tratados internacionais ratificados pelo país.

<sup>11</sup> Esse posicionamento foi adotado no RE 80.004 em 1977. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Acórdão do Recurso Extraordinário 80.004.** Relator: Min. Xavier de Albuquerque. Brasília, 1º jun 1977. Publicado em: 19 mai 1978.

<sup>12</sup> **§ 3º.** Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

materialmente, normas constitucionais, independentemente da sua aprovação com o *quorum* estabelecido pelo novo dispositivo constitucional. Aqueles que fossem aprovados pelo rito ali mencionado, seriam material e formalmente constitucionais<sup>13</sup>. A EC45 resultou, ademais, na modificação do posicionamento do STF: no julgado RE 466.343<sup>14</sup>, a Corte passou a interpretar os tratados de direitos humanos como normas supraleais, quando não aprovados pelo rito do §3º do art. 5º da CF/88, situação em que têm status constitucional. Um posicionamento minoritário no STF, mas também numericamente relevante, defende a natureza constitucional de todos os tratados internacionais em matéria de direitos humanos, independentemente da aprovação por meio do rito §3º do art. 5º da CF, em razão do contexto social de aceitação da internacionalização dos direitos humanos<sup>15</sup>.

Do ponto de vista prático, a ratificação de instrumentos internacionais em matéria de direitos humanos criou um novo recurso para os cidadãos em face do Estado, já que, além de contarem com órgãos externos de fiscalização da implementação dos direitos humanos, os textos desses instrumentos são passíveis de serem invocados juntos ao judiciário local. Simmons<sup>16</sup> destaca, nesse sentido, que se trata de uma espécie de compromisso assumido pelos Estados que ratificam esses instrumentos internacionais para com seus próprios cidadãos. A partir da ratificação – que se dá, em grande medida, face à pressão de grupos sociais – o Estado assume compromisso que será, em maior ou menor medida, supervisionado por setores interessados da sociedade.

Muitos afirmam que os Estados ratificam instrumentos em matéria de direitos humanos apenas porque sabem que não precisarão cumprir, em grande medida, com os compromissos assumidos no plano internacional. Simmons<sup>17</sup>, no entanto, afirma que, muito embora os atores internacionais tenham, do ponto de vista externo, poucos estímulos para honrar seus compromissos em matéria de direitos humanos, os atores domésticos fazem pressão para que isso aconteça. Mesmo quando não há ratificação, a

---

<sup>13</sup> PIOVESAN, Flávia. Op. cit., p. 142.

<sup>14</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Acórdão do Recurso Extraordinário 466.343**. Relator: Min. Cezar Peluso. Brasília, 3 dez 2008. Publicado em: 5 jun 2009.

<sup>15</sup> A questão da hierarquia normativa dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil foi discutida por um grande número de doutrinadores, sendo que as conclusões foram as mais diversas possíveis. Optou-se por não abordar essa discussão, porquanto ela foge do objetivo do presente estudo, qual seja, a identificação dos caracteres do direito internacional constitucional. Para atender a essa finalidade, mostrou-se como a incorporação de tratados internacionais ao direito interno – sobretudo daqueles tidos por materialmente constitucionais – vem sendo discutida amplamente pela doutrina e pelos órgãos jurisdicionais, inclusive o Supremo Tribunal Federal.

<sup>16</sup> SIMMONS, Beth. **Civil Rights in International Law: Compliance with Aspects of the International Bill of Rights**. In: *Indiana Journal of Global Legal Studies*, Vol. 16, p. 438-439.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 443-445.

mera existência de um tratado faz com que a questão seja discutida no âmbito interno, gerando mobilização política e, posteriormente, pressão para a ratificação e o cumprimento das obrigações assumidas. Com a ratificação, e a consequente incorporação ao direito interno, é possível a invocação, junto de cortes nacionais, dos diplomas internacionais na defesa de direitos fundamentais, o que aumenta o poder de litígio de indivíduos que tenham direitos dessa ordem violados.

Por fim, Simmons afirma que a ratificação de tratados internacionais traz contribuições para a implementação de direitos humanos, ainda que os estudiosos tenham dificuldades para identificar essas contribuições. Essa implementação ocorre, principalmente, em virtude do uso que a sociedade civil faz do tratado, no âmbito interno, mobilizando politicamente os interessados na realização dos direitos envolvidos. Isso se dá principalmente nos países em transição democrática, haja vista o alto valor que a conquista de cada direito tem nesses países e a maior chance de sucesso da mobilização política em torno da sua afirmação<sup>18</sup>.

### **3. A internacionalização do direito constitucional e o processo de integração europeu**

A outra vertente da convergência entre o direito internacional e o direito constitucional é a internacionalização desse último. Com a identificação de problemas comuns e a necessidade de desenvolver respostas conjuntas a esses problemas, o direito internacional passou a chamar para si – inclusive mediante a codificação em tratados e demais instrumentos internacionais – questões antes reguladas unicamente pelo direito interno dos países. A título de exemplo, pode-se mencionar a evolução no tratamento dos chamados “espaços internacionais”, tradicionalmente tidos por “zonas situadas além do alcance da soberania de cada um dos estados”<sup>19</sup>. Interpretados dessa forma, os espaços internacionais constituíam verdadeira *res nullius*, estando sujeitos à anexação e

---

<sup>18</sup> Para ver a tentativa de descrição quantitativa do fenômeno da ratificação de tratados internacionais e a sua relação com a implementação dos direitos humanos no âmbito interno, cf. Ibid., p. 437-481. Muito embora seja possível levantar objeções ao trabalho desenvolvido por Simmons, inclusive no que respeita a alguns de seus parâmetros para a análise empírica, sua pesquisa tem o mérito de mostrar que a ratificação de tratados internacionais em matéria de direitos humanos e a sua internalização nos ordenamentos jurídicos internos aumentam as ferramentas de grupos sociais pela melhora na situação dos direitos humanos.

<sup>19</sup> CASELLA, Paulo Borba. **Direito Internacional dos Espaços**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 566.



exploração ilimitada dos Estados interessados<sup>20</sup>. Esse conceito clássico simboliza, em grande medida, o isolamento entre os Estados e a dificuldade de percepção dos problemas comuns.

No contexto pós-moderno, contudo, a aproximação dos Estados resultou na consciência de que toda a humanidade compartilha de um espaço comum, de modo que os espaços internacionais (o espaço exterior ou extra-atmosférico, a Antártida, o alto-mar, os fundos oceânicos e os espaços polares) tornaram-se bens comuns: a exploração indiscriminada desses espaços certamente trará prejuízos não só aos preteridos no momento da exploração, mas a toda a humanidade, haja vista a unicidade da biosfera e mesmo da economia em escala global<sup>21</sup>. A partir dessa virada conceitual, busca-se a criação de mecanismos internacionais de cooperação e gerenciamento desses espaços, tidos por elementos do “patrimônio comum da humanidade” e, portanto, caros à solidariedade entre os povos e intergeracional.

Além da regulação dos espaços internacionais propriamente ditos, o direito internacional passou a regular questões de impacto mais direto no espaço interno dos Estados, como o direito ambiental<sup>22</sup>, o comércio internacional<sup>23</sup> e os direitos humanos<sup>24</sup>, além de matérias técnicas, como a aviação civil. Todo esse processo deve ser interpretado como um movimento de internacionalização do direito interno e – no caso de normas materialmente constitucionais como os direitos humanos – de internacionalização do direito constitucional.

---

<sup>20</sup> “Sendo, por definição espaços abertos – e isso, tanto fisicamente quanto legalmente – esses espaços não passam exatamente por gestão comum dos estados, mas pela justaposição de competências nacionais que se autolimitam, por si mesmas, no sentido de que estas dizem respeito somente aos respectivos nacionais e atividades, que frequentemente essas áreas”. Cf. *Ibid.*, p. 571.

<sup>21</sup> Quando se fala em exploração indiscriminada, a primeira questão que vem à mente diz respeito aos problemas ambientais. No entanto, além dos problemas dessa ordem, a falta de uma consciência universal pode resultar na difusão de problemas econômicos e sociais, haja vista o intenso fluxo migratório e de capitais dos dias correntes.

<sup>22</sup> A título de exemplo, pode-se mencionar a Convenção sobre Diversidade Biológica, que entrou em vigor em 1993, a Convenção da Basileia sobre Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e a sua Eliminação, que entrou em vigor em 1992, dentre outros. Cf. WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. **Environmental conventions**. Genebra, disponível em: <[http://www.wmo.int/pages/about/Environmentalconventions\\_en.html](http://www.wmo.int/pages/about/Environmentalconventions_en.html)>, acesso em 12 fev 2013.

<sup>23</sup> O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que resultou na criação da Organização Mundial do Comércio. O comércio internacional ainda é fortemente regulado por acordos bilaterais, porém a multilateralização das relações comerciais foi notável nas últimas décadas.

<sup>24</sup> A codificação internacional dos direitos humanos é extensa, sendo passível de divisão em três subáreas, quais sejam, o direito internacional humanitário (regulado pelas Convenções de Haia e de Genebra), o direito internacional dos refugiados (regulado pela Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo) e o direito internacional dos direitos humanos *stricto sensu*, regulado pelas demais Convenções, como os Pactos Internacionais do sistema ONU, por exemplo.

Intrínsecas a esse processo são as mudanças estruturais pelas quais o direito internacional passou nos últimos tempos, possibilitando o seu adensamento normativo e institucional. Cançado Trindade aponta, a partir da análise da evolução das fontes do direito internacional, a mudança de um paradigma voluntarista do Estado<sup>25</sup>, com base no qual o direito internacional fica a depender do consentimento estatal, para um paradigma consensual, que prima pela busca de consenso entre os Estados e demais atores que compõem a comunidade internacional. Ele aponta, inclusive, que essa mudança de paradigma foi provocada, em grande parte, pela emergência da consciência jurídica universal no sentido de que existem problemas, os quais devem ser solucionados em escala global, mediante a cooperação dos Estados, organizações internacionais e demais atores no plano internacional.

Em síntese, as necessidades crescentes de cooperação para o gerenciamento internacional de uma série de questões resultou na internacionalização de normas internas, sobretudo constitucionais, e na transformação do direito internacional para acomodar essas novas pretensões de gerenciamento e cooperação internacionais.

Como experiência mais bem sucedida de integração até o momento presente, a União Europeia é vista por muitos como modelo de institucionalização de um direito supranacional, com a finalidade de criar um espaço comum. Tendo natureza internacional, a UE logrou desenvolver um adensamento normativo crescente, em que pese a crise econômica enfrentada por alguns de seus Estados-membros atualmente. O impulso rumo à integração europeia passou pela adaptação de ordenamentos jurídicos, seja pela mutação de cartas constitucionais, seja pela forma de implementação da lei constitucional. Essa interação entre as normas nacionais e comunitárias gerou uma necessidade de definir, em uma situação de conflito, qual a regra aplicável<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Assinalando com propriedade as mudanças pelas quais passou o direito internacional para atender aos propósitos da pós-modernidade, Cançado Trindade destaca o conceito de fonte material do direito internacional, pautada nos valores, na moral e nas aspirações humanas. Segundo o autor, a concepção eminentemente positivista que circunda as fontes formais do direito internacional não é suficiente para responder aos anseios da atual comunidade global, não constituindo fundamento suficiente à validade das normas internacionais. O retorno ao direito natural seria, assim, uma forma de afastar o direito internacional da subserviência ao poder, aproximando-o do ideal de justiça, de consciência jurídica comum, o que eleva a importância da *opinio juris*, interpretada anteriormente como mero aspecto subjetivo do costume internacional. Cf. CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A Humanização do Direito Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, pp. 3-96.

<sup>26</sup> Grabenwarter, definindo como os Estados-membros enxergam a relação do direito interno com as normas comunitárias, identificou três diferentes grupos: (a) países nos quais a lei comunitária prevalece sobre a lei nacional constitucional (caso da Holanda e da Áustria); (b) países onde o direito comunitário tem supremacia limitada sobre o direito constitucional (caso da Itália, Alemanha, Dinamarca, Bélgica e maior parte dos Estados-membros); e (c) países em que o direito constitucional prevalece sobre o direito comunitário (caso da França e da Grécia). No que tange aos países que aderiram recentemente à UE, o

É importante ressaltar que o fenômeno da compatibilização dos direitos nacionais com o comunitário realizou-se a partir dos principais conteúdos constitucionais dos países membros da UE. No que tange à questão da soberania, é quase unânime a constatação de que a aderência à UE afetou a noção de soberania dos Estados europeus no sentido de sua relativização. Assim, o que se observou foi a transferência de parte da soberania desses países para os órgãos supranacionais da comunidade europeia com a finalidade de viabilizar o seu objetivo de integração. Cumpre assinalar, no entanto, que praticamente todos os Estados-membros adotaram cláusulas de limitação à transferência de soberania, com a finalidade de manter a identidade nacional e a estrutura política interna. Vrabie e Marin, tratando da questão da soberania no contexto de integração europeu, sugerem que se faça uma divisão entre os titulares da soberania e aqueles que exercem as atribuições do poder soberano. Ocorreria, assim, a delegação de competências para o exercício de certas atribuições relativas à soberania dos Estados-membros a órgãos da UE, os quais exerceriam essas atribuições em conjunto com os Estados<sup>27</sup>.

Quanto aos direitos fundamentais, Grabenwarter assinala a expansão do escopo de proteção dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico nacional com base em dispositivos do direito comunitário europeu, a exemplo da consolidação do direito ao voto, em eleições municipais, dos estrangeiros da UE. Ressalta, ademais, o fortalecimento da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, no âmbito nacional, como um reflexo da integração comunitária e o nivelamento dos direitos dos nacionais e dos estrangeiros da UE, bem como a uniformização dos parâmetros de proteção dos direitos fundamentais. Esse processo foi impulsionado, inclusive, pela atuação de tribunais internacionais, como o Tribunal de Justiça da UE e a Corte Europeia de Direitos Humanos que em diversos momentos compeliram os Estados a observar, no caso do primeiro, o direito comunitário e, no caso da segunda, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Ou seja: o fenômeno da internacionalização dos direitos fundamentais resultou no fortalecimento da sua proteção entre os Estados-membros da UE<sup>28</sup>.

---

autor observa um efeito até mesmo prévio do direito europeu sobre os ordenamentos jurídicos nacionais. Cf. GRABENWARTER, Christoph. **National Constitutional Law Relating to the European Union**. In: BOGDANDY, Armin von; BAST, Jürgen. **Principles of European Constitutional Law**. 2ª ed. Oxford: Hart Publishing, 2011, pp. 83-129. Vrabie e Marin defendem o caráter prioritário das disposições dos tratados constitutivos da UE e das demais regulamentações comunitárias face ao direito interno dos Estados-membros. Cf. VRABIE, Genoveva; MARIN, Andra. **La souveraineté d'Etat et le caractère obligatoire des normes juridiques européennes**. In: VRABIE, Genoveva. **Droit Constitutionnel – Droit International: frontières et interférences**. Iași: Institutul European, 2012, pp. 25-31.

<sup>27</sup> Ibid., p. 26.

<sup>28</sup> Ibid., pp. 116-123

Esse processo de internacionalização do direito constitucional europeu resultou em um movimento integrador – em matéria de direitos humanos – entre a UE e o Conselho da Europa, entre a Carta dos Direitos Fundamentais da UE – bem como os demais componentes do direito comunitário – e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

No entender de Roca<sup>29</sup>, os direitos garantidos pela Convenção e aqueles que são frutos das tradições constitucionais comuns entre os Estados-membros da UE constituem parte do direito comunitário como princípios gerais – até porque todos os países da UE integram o Conselho da Europa. A Carta dos Direitos Fundamentais confirma os direitos consagrados pela Convenção – arts. 52 (§3º) e 53<sup>30</sup> – e vai além, estabelecendo um patamar ainda mais elevado de proteção no âmbito da UE. Apesar do caráter internacional da União, ela se desenvolve rumo ao que se pode conceber como uma federação, daí o termo “Direitos Fundamentais” empregado pela Carta. Seu conteúdo seria, desse modo, materialmente constitucional.

Com uma eventual adesão da UE, como parte, à Convenção Europeia, o resultado seria a influência mútua entre a jurisprudência da Corte Europeia e do Tribunal de Justiça da UE. O alcance integrador do direito comunitário, maior em relação à Convenção Europeia em virtude de seus fins mais acentuados e concretos, poderá reforçar a uniformização dos direitos internos inclusive quanto às normas do sistema europeu de proteção dos direitos humanos. A UE, caso atuasse como parte na Convenção Europeia, traria uma coerência ainda maior na proteção de direitos no continente europeu, permitindo o estabelecimento de pautas comuns, as quais ignorem as fronteiras nacionais.

Resumidamente, muito embora o processo de integração europeu – no âmbito do qual ocorre a internacionalização do direito constitucional dos Estados-membros – encontre óbices em cláusulas constitucionais defensivas e na resistência ao princípio da

---

<sup>29</sup> Cf. ROCA, Javier García. **Soberanía estatal versus integración europea mediante unos derechos fundamentales comunes: ¿Cuál es el margen de apreciación nacional?**. In: ROCA, Javier García; SÁNCHEZ, Pablo A. Fernández (Coords.). **Integración europea a través de derechos fundamentales: de um sistema binario a outro integrado**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 15-53.

<sup>30</sup> Em síntese, os arts. 52, §3º e 53 vinculam o “sentido” e o alcance dos direitos arrolados na Carta de Direitos Fundamentais da UE àqueles previstos na Convenção Europeia: **art. 52, §3º** Na medida em que a presente Carta contenha direitos correspondentes aos direitos garantidos pela Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, o sentido e o âmbito desses direitos são iguais aos conferidos por essa Convenção. Esta disposição não obsta a que o direito da União confira uma proteção mais ampla; **art. 53. Nível de proteção**. Nenhuma disposição da presente Carta deve ser interpretada no sentido de restringir ou lesar os direitos do Homem e as liberdades fundamentais reconhecidos, nos respectivos âmbitos de aplicação, pelo direito da União, o direito internacional e as Convenções internacionais em que são Partes a União ou todos os Estados-Membros, nomeadamente a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, bem como pelas Constituições dos Estados-Membros.

supramacia do direito comunitário, ele logrou êxito na afirmação de um espaço comum europeu. Ainda que tenha desafios a superar, a UE pode ser vista como uma interessante experiência de internacionalização do direito constitucional, que resultou na aproximação dos ordenamentos jurídicos dos Estados-membros e em uma ampla cooperação para a solução de problemas comuns dos países europeus. De certa forma, a experiência europeia, além de servir de referência – com as devidas ressalvas, haja vista que é impossível simplesmente transplantar modelos da realidade social, econômica e cultural da Europa para outros lugares do mundo –, assinala o que pode ser o futuro da internacionalização do direito constitucional conjugada com processos de integração em uma escala mais ampla.

#### **4. Conclusão**

Em síntese, o direito internacional constitucional é um campo do direito em formação, cujo conteúdo encontra-se em expansão, sendo alimentado por dois processos paralelos: a internacionalização do direito constitucional e a constitucionalização do direito internacional. O primeiro desses processos é regulado internamente pelas normas constitucionais dos países abertos a ele. Assim, pode assumir diferentes graus de intensidade, a depender da abertura do país analisado em relação à ordem internacional. No entanto, seja qual for a intensidade desse processo no interior de um dado país, as normas internacionais – sobretudo aquelas que dizem respeito aos direitos humanos – exercem pressão para que o processo siga em curso, porquanto podem ser invocadas por grupos sociais interessados – antes da ratificação de instrumentos internacionais, como forma de legitimar um pleito, e também após a ratificação, junto ao judiciário local e aos órgãos internacionais de fiscalização. Em última análise, esse processo contribui para a implementação dos direitos humanos.

O segundo processo, simultâneo e complementar ao primeiro, foi desencadeado pela percepção de que todos os povos dividem um espaço comum, precisando de regras internacionais de gerenciamento para garantir uma convivência pacífica e funcional, inclusive entre gerações. Na esteira dessa forma de pensar, o próprio direito internacional sofreu mudanças estruturais, com a finalidade de acomodar essa consciência jurídica universal, passando de um paradigma voluntarista para um eminentemente consensual. A partir de então, o conteúdo desse direito internacional em

expansão avançou sobre matérias constitucionais, como os direitos fundamentais, codificando-os no que se entende pelo corpo internacional de direitos humanos – uma série de tratados relativos à matéria.

A principal consequência da configuração de um direito internacional constitucional é a convergência da comunidade internacional. Em síntese, os processos supramencionados, se permeados por um diálogo intercultural que envolva a identificação de um “mínimo denominador comum” entre todas as culturas e o respeito mútuo às diferenças, contribuirão para a conformação de um mecanismo de gerenciamento conjunto dos problemas globais. Guardadas as devidas proporções em termos de escala, a União Europeia representa um exemplo de mecanismo de gerenciamento de problemas comuns criado a partir de uma convergência contínua.

Além do processo europeu que culminou com o adensamento institucional da UE e a sua crescente produção legislativa, a aproximação em relação ao sistema europeu de proteção dos direitos humanos contribuiu para determinar com maior precisão o alcance de direitos consagrados na Carta de Direitos Fundamentais da UE. Essa situação particular representou um impulso rumo à identificação do “mínimo denominador comum” em matéria de direitos humanos no continente europeu como um todo. Ainda que um aparato institucional desse porte seja impensável, atualmente, para a comunidade internacional – culturalmente muito díspar, em comparação com o universo europeu –, pode dar pistas do que está por vir.

## 5. Bibliografia

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G. E. do; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, pp. XVII-916.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A Humanização do Direito Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, pp. 3-96.

CARVALHO RAMOS, André de. **O Diálogo das Cortes: O Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana de Direitos Humanos**. In: JUNIOR, Alberto do Amaral e JUBILUT, Liliana Lyra (Orgs.). **O STF e o Direito Internacional dos Direitos Humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2009, pp. 805-850.

CARVALHO RAMOS, André de. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, 302 p.

CASELLA, Paulo Borba. **Direito Internacional dos Espaços**. São Paulo: Atlas, 2009, pp. 565-586.

GRABENWARTER, Christoph. **National Constitutional Law Relating to the European Union**. In: BOGDANDY, Armin von; BAST, Jürgen. **Principles of European Constitutional Law**. 2ª ed. Oxford: Hart Publishing, 2011, pp. 83-129.

LAFER, Celso. **A internacionalização dos Direitos Humanos – Constituição, Racismo e Relações Internacionais**. Barueri: Manole, 2005, pp. 12-28.

PIOVESAN, Flávia. **Hierarquia dos Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos: jurisprudência do STF**. In: JUNIOR, Alberto do Amaral; JUBILUT, Liliana Lyra (Orgs.). **O STF e o Direito Internacional dos Direitos Humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2009, pp. 123-145.

RIDOLA, Paolo. **Preistoria, origini e vicende del costituzionalismo**. In: CARROZZA, P.; DI GIOVINE, A.; FERRARI, G. F. **Diritto costituzionale comparato**. Bari: Laterza, 2009, pp. 21-58.

ROCA, Javier García. **Soberanía estatal versus integración europea mediante unos derechos fundamentales comunes: ¿Cuál es el margen de apreciación nacional?**. In: ROCA, Javier García; SÁNCHEZ, Pablo A. Fernández (Coords.). **Integración europea a través de derechos fundamentales: de um sistema binario a outro integrado**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 15-53.

SIMMONS, Beth. **Civil Rights in International Law: Compliance with Aspects of the International Bill of Rights**. In: *Indiana Journal of Global Legal Studies*, Vol. 16, p. 437-481.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Acórdão da ADI 4277 e da ADPF 132**. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília, 5 mai 2011. Publicado: em 14 out 2011.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Acórdão do Recurso Extraordinário 80.004**. Relator: Min. Xavier de Albuquerque. Brasília, 1º jun 1977. Publicado em: 19 mai 1978.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Acórdão do Recurso Extraordinário 466.343**. Relator: Min. Cezar Peluso. Brasília, 3 dez 2008. Publicado em: 5 jun 2009.

VRABIE, Genoveva; MARIN, Andra. **La souveraineté d'Etat et le caractère obligatoire des normes juridiques européennes**. In: VRABIE, Genoveva. **Droit Constitutionnel – Droit International: frontières et interferences**. Iași: Institutul European, 2012, pp. 25-31

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. **Environmental conventions**. Genebra, disponível em: [http://www.wmo.int/pages/about/Environmentalconventions\\_en.html](http://www.wmo.int/pages/about/Environmentalconventions_en.html)>, acesso em 12 fev 2013.